

Situação das universidades no pós-eleição concentrou falas no CADE de outubro. Chapões também defenderam investimentos em valorização de pessoal e permanência estudantil

A última sessão do Conselho de Administração e Desenvolvimento (CADE) aconteceu em 5/10/2022, em formato virtual. Como habitual, representantes do **Chapão da Adunesp** e do **Chapão Sintunesp/Associações** participaram de uma reunião prévia para discutir os pontos de pauta e a atuação conjunta. Neste boletim, elaborado a partir dos relatos destes/as representantes, estão os principais pontos da sessão.

A pauta pode ser conferida em <https://www2.unesp.br/portal#!/secgeral/orgaos-colegiados/cade/pauta-e-atas-a-partir-de-04-2022/>
A sessão pode ser assistida em <https://www.youtube.com/watch?v=jqlAwhMPL0g>



Realizada sob o impacto dos resultados das eleições no primeiro turno, a sessão do colegiado teve várias avaliações sobre o cenário e as perspectivas para as universidades estaduais paulistas. No caso das eleições para governador, que têm Tarcísio de Freitas (Republicanos) e Fernando Hadadd (PT) disputando o voto dos paulistas no pleito marcado para 30/10, as preocupações relacionam-se diretamente com o futuro das universidades. O conselheiro Sebastião Neto Ribeiro Guedes, do **Chapão da Adunesp** e vice-presidente do CADE, abriu o debate, sendo seguido por vários/as outros/as.

Lembrando que o candidato Tarcísio tem o apoio do presidente Bolsonaro e comunga de sua política para os serviços públicos, o docente pontuou os muitos cortes de verbas impostos sobre as universidades, institutos federais e órgãos de fomento à pesquisa nestes últimos quatro anos, bem como as intervenções em processos de consultas eleitorais, com a indicação de candidatas/as a reitor/a rejeitados/as pelas comunidades.

Enfatizando o risco que um novo governo com esse perfil pode representar à autonomia universitária de que dispõem Unesp, Unicamp e USP, o vice-presidente do CADE conclamou a comunidade a 'pensar formas de fortalecer e defender os serviços públicos e nossas instituições'.

Comentando o assunto, o presidente do CADE, o pró-reitor Estevão Kimpara, apontou a necessidade de avançar na resistência em defesa da autonomia.

Boletim econômico – arrecadação segue positiva

O assessor-chefe da Pró-Reitoria de Planejamento Estratégico e Gestão (Propeg), Rogério Buccelli, informou que, até o momento da reunião, ainda não dispunha de dados relativos ao mês de setembro/2022. Destacou alguns pontos:

- **Inflação:** A projeção continua apontando para queda; previsão para o ano é na casa dos 5,7%.

- **Arrecadação do ICMS**, quota-parte do estado (75% do total), fechou em R\$ 13,073 bilhões em agosto/2022. Após a sessão do CADE, de acordo com levantamento divulgado pelo Fórum das Seis, a arrecadação do ICMS-QPE de setembro/2022 ficou em R\$ 12,861 bi (6,26% maior que a de setembro/2021, que foi de R\$ 12,104 bi). Ainda segundo dados do Fórum, o acumulado jan-set/2022 está em R\$ 113,126 bi, que é 14,01% maior que o acumulado no mesmo período de 2021 (R\$ 99,226 bi).

- **O comprometimento médio acumulado** das universidades com folha de pagamento, em agosto/2022, ficou em 68,92% (66,13% na Unesp, 72,91% na Unicamp e 68,48% na USP), inalterado

mesmo com a concessão do reajuste de 20,67% em março/2022.

- **Reservas:** Buccelli opinou que, além dos 'Restos a pagar', as reservas financeiras da Universidade deveriam resguardar um volume em caso de crise, eventualmente algo em torno de três folhas + a folha de dezembro. Ele sugere que o CADE avalie essa possibilidade. Após a reunião do CADE, foi verificado que a reserva financeira, que no final do mês de agosto era de R\$ 1,633 bi, fechou o mês de setembro em R\$ 1,712 bi, com um superávit mensal de aproximadamente R\$ 80 milhões (sobre o valor desta reserva não foi deduzido o valor aproximado de R\$ 25 milhões de convênios).

Conselheiros/as dos chapões manifestaram-se sobre a necessidade de aprofundamento das iniciativas de valorização dos/as servidores/as docentes e técnico-administrativos/as e de ampliação das políticas de permanência estudantil. A equiparação dos/as técnicos-administrativos/as da Unesp aos da USP foi citada como exemplo; foi pedida celeridade na implantação da nova carreira e nos trabalhos que vêm sendo realizados pela comissão criada entre reitoria e Sintunesp para construir propostas conjuntas para o alcance da equiparação.

Projeto de LOA 2023, enviado à Alesp pelo governo, é rebaixado

O governo do estado já enviou à Assembleia Legislativa o projeto de Lei Orçamentária Anual para o próximo ano, o PLOA/2023. É na LOA que as diretrizes aprovadas na LDO transformam-se em valores. O PLOA/2023 tem o número 578/2022 e está em tramitação (<https://www.al.sp.gov.br/propositura/?id=1000456478>). Chamou a atenção dos/as representantes no CADE o valor do ICMS-QPE projetado para 2023, em torno de R\$ 150 bi, ou seja, inferior ao valor previsto pela Secretaria da Fazenda do Estado de SP para o fechamento de 2022 (R\$ 152 bi).

Trata-se da mesma manobra usada pelo governo do estado todos os anos: envia uma previsão de arrecadação rebaixada à Alesp e, no decorrer do ano, vai atualizando as projeções. Com isso, os repasses orçamentários decorrentes da atualização só chegam aos entes públicos, como é o caso das universidades estaduais, no final do ano corrente; já os repasses financeiros acontecem mensalmente, conforme arrecadação do ICMS mensal. Em 2022, isso também está ocorrendo, logo, há disponibilidade financeira, mas não há a orçamentária, contribuindo com o aumento de inscrição em 'Restos a pagar' para 2023.

Peça orçamentária de 2023

O professor Jean Marcos de Souza Ribeiro, do **Chapão**

da Adunesp, atual presidente da Comissão de Orçamento do CADE, disse que já tiveram início as reuniões com os vários atores da Universidade – sindicatos, direções de unidades, editora, plano de saúde, comissões ligadas à permanência estudantil e à segurança alimentar, entre outros – para levantar as expectativas e propostas para a confecção da peça orçamentária de 2023.

Ele destacou a importância de que a Comissão de Orçamento tenha em mãos os relatórios de várias comissões, como a de custeio das unidades, da terceirização, da segurança alimentar etc., para compor uma visão ampla e democrática sobre a montagem do orçamento do próximo ano. “Assim como na peça deste ano, para 2023 queremos avançar numa proposta que amplie a valorização dos trabalhadores, mais contratações, permanência estudantil, melhorias no custeio das unidades, manutenção e am-

pliação do programa ‘Unesp Presente’, entre outros pontos relevantes para a comunidade’, enfatizou.

Sobre o ‘Unesp Presente’, programa voltado a investimentos e manutenções nas unidades, foi solicitada (pelo conselheiro Júlio César Torres, de SJ do Rio Preto) a inclusão dos centros de convivência infantil (CCI) nos editais. Em resposta, a mesa informou que já está previsto o lançamento de um edital específico para eles.

O secretário-geral, prof. Erivaldo Antonio da Silva, anunciou a realização de uma sessão extraordinária do CADE, presencial, específica para a apresentação da proposta orçamentária de 2023, em 9/11. A sessão ordinária do mês ocorrerá de maneira remota em 16/11. Após aprovação no CADE, a proposta orçamentária irá à discussão e votação no Conselho Universitário.

Outros pontos

Plano Unesp Saúde

O conselheiro Alexandre Domene, do **Chapão Sintunesp/Associações**, voltou a manifestar preocupação com o plano Unesp Saúde. Com as mudanças promovidas pela reitoria na gestão do plano, os/as usuários/as vêm encontrando algumas dificuldades, inclusive para pagamento de boletos e débitos em conta. Ele também cobrou a realização de reunião com a Comissão de Acompanhamento do Plano, indicada na última sessão do CADE, composta pelos docentes Jean Marcos de Souza Ribeiro (FE/Ilha Solteira) e Cláudio Aguinaldo Buzzi (Ibilce/Rio Preto); as servidoras técnico-administrativas Cláudia Suzana Thomazini Camargo (FM/Botucatu) e Aparecida Saturnino Mesquita Romero (Ibilce/Rio Preto). O pró-reitor da Propeg, professor Kimpara, lembrou a existência de problemas para a migração de dados da antiga corretora para a atual, mas previu a regularização para breve. Sobre as reuniões com a Comissão, disse concordar e dispôs-se a levar o indicativo ao atual superintendente do plano, o professor Paulo Alexandre Monteiro de Figueiredo.

Mobilidade funcional

O conselheiro Marco Aurélio Alves Rezende, do **Chapão Sintunesp/Associações**, fez algumas considerações e questionamentos sobre o instituto da mobilidade funcional dos/as servidores/as técnico-administrativos/as. A mobilidade foi revogada após o comunicado Propeg 01/2022, que cita o inquérito civil aberto pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em 2014. O comunicado diz, em um de seus trechos: “... buscando garantir a segurança para a atividade funcional dos técnico-administrativos e atender o ajuste de conduta com o Ministério Público, com a finalidade de encerrar o inquérito civil”. O conselheiro relatou que, com base nesta informação, uma servidora solicitou à Unesp, por meio do sistema de informação ao cidadão, uma cópia do referido Termo de Ajuste de Conduta (TAC); em resposta, ela foi informada de que não existe tal documento, “pois o MP/SP ainda não emitiu parecer final sobre a questão”. Marco Aurélio comentou a existência de um parecer da AJ do Sindicato, que entende ser possível a manutenção do instituto, por ser derivado de cargo ou função de emprego público, tendo guarida na súmula vinculante nº 43 do STF, que permite o provimento ao servidor em cargo na mesma carreira no qual estava anteriormente investido. Portanto, a Unesp teria suspenso a mobilidade sem a existência de TAC e sem tentar argumentar junto ao MP/SP.

A pedido do pró-reitor, a resposta foi dada pela coordenadora da CGP, Kátia Biazotti. Ela pontuou que o TAC não ocorreu porque a Unesp tomou a atitude de suspender a mobilidade, o que fez com amparo da sua AJ. Ela disse, ainda, que o MP/SP considera a mobilidade ilegal pelo fato de que, ao ocorrer a troca de cargos, pode mudar a complexidade exigida no ingresso, por exemplo de nível fundamental para médio.

Contratação de Engenheiro de Segurança do Trabalho / Laudos técnicos

A representante Cláudia Thomazini, do **Chapão Sintunesp/Associações**, pediu esclarecimentos sobre a contratação de Engenheiro de Segurança do Trabalho, cuja ausência tem causado atraso no fornecimento de laudos técnicos necessários para a obtenção de aposentadoria especial aos/às estatutários/as e documento equivalente aos/às celetistas.

A médica Ludmila Cândida de Braga, responsável pela Coordenadoria de Saúde e Segurança do Trabalhador (CSST) da Unesp, explicou que o concurso público está em andamento, mas o mais provável é que o novo profissional comece somente a partir de 2023. Como solução, neste interim, a Propeg autorizou a contratação de serviço especializado em peritagem, de modo a dar desfecho aos pedidos em aberto. Segundo ela, nenhum pedido ficará sem solução.

Aquisição de novo prédio para a reitoria

O pró-reitor da Propeg deu informe sobre o interesse na aquisição de um novo prédio para a sede da reitoria. De acordo com o professor Kimpara, a necessidade parte das limitações impostas pelos espaços da sede atual, incapaz de acomodar o quadro funcional e os trabalhos desenvolvidos na reitoria. Atendendo ao pedido de vários/as conselheiros/as, frente à constatação de que não havia muitas informações práticas sobre a proposta, foram citados detalhes sobre os edifícios cogitados, como valores por metro quadrado, dimensões etc. Conselheiros/as também manifestaram preocupação com prédios de outras unidades, como Sorocaba e outras envolvidas com TAC's; o pró-reitor da Propeg assegurou que estes outros espaços também são preocupações da reitoria e que já está dando atenção a estes casos.

Ao final da discussão, o CADE manifestou-se favorável à iniciativa de aquisição de novo prédio para a reitoria, mas caberá ao Conselho Universitário aprofundar a discussão e deliberar sobre a proposta.